

O assassinato do prefeito Celso Daniel, coordenador da eleição de Lula em 2002

Em março de 2003, logo após assumir a Presidência da República, Lula recebeu em sua casa, em São Bernardo do Campo (SP), Mara Gabrilli. Durante 20 minutos, o presidente ouviu um relato que misturava chantagem e extorsão contra os donos da empresa de ônibus Expresso Guarará, pertencente à família de Mara Gabrilli. Para prestar serviços em Santo André (SP), cidade vizinha de São Bernardo do Campo, os proprietários da Expresso Guarará eram obrigados a pagar propina à Prefeitura do PT. Palavras de Mara Gabrilli:

- Conteí como era o esquema, quem cobrava a propina, e como a Prefeitura tirou a licença para a empresa da minha família operar algumas linhas, em represália ao fato de meu pai não ter dado propina a partir de certo momento.

Mara Gabrilli não deixou dúvidas. Indicou para Lula os responsáveis pelo esquema de corrupção: o secretário de Serviços Municipais, Klinger Luiz de Oliveira (PT), o empresário Ronan Maria Pinto e o ex-segurança do prefeito Celso Daniel (PT), Sérgio Gomes da Silva, o “Sombra”.

- Eu falei ao presidente sobre o pagamento da caixinha que meu pai era obrigado a fazer a cada dia 30. E falei da retaliação imposta à empresa desde que eu e minha irmã, Rosângela, denunciemos o fato ao Ministério Público.

Ao denunciar a corrupção em Santo André à CPI dos Bingos, em 2005, Rosângela Gabrilli afirmou que os donos de empresas de ônibus na cidade eram pressionados a contribuir para o caixa 2 do PT desde 1997, durante a segunda gestão do prefeito Celso Daniel. Cabia ao Expresso Guarará o repasse de R\$ 40 mil mensais, em dinheiro vivo. Do depoimento de Rosângela:

- Os achques eram feitos com intimidação e ameaça. Diziam que o Klinger tinha sempre um revólver preso na canela. Isso constrangia muito. E ele lembrava a cada momento: “Com o poder não se brinca, o poder tudo pode”.

Antes de sair do apartamento de Lula, Mara Gabrilli ouviu o presidente dizer que tomara providências e lhe daria uma resposta. Não foi o que aconteceu:

- Ocorreu justamente o contrário. Klinger soube, reclamou, e dias depois uma comissão de sindicância da Prefeitura se instalou na nossa empresa.

Celso Daniel foi sequestrado em 18 de janeiro de 2002, no início do ano que terminaria com a eleição do presidente da República. Celso Daniel era coordenador de campanha de Lula. O corpo do então prefeito foi achado dois dias depois. Os assassinos o torturaram antes de matá-lo, provavelmente para obter os números das senhas das contas secretas em paraísos fiscais no exterior onde, possivelmente, ele guardava dinheiro para a campanha do PT.

O médico João Francisco Daniel, irmão do prefeito morto, contou sobre a conversa que teve com Gilberto Carvalho (PT-SP), secretário de Governo de Celso Daniel, após a missa de sétimo dia, em 26 de janeiro de 2002. Importante ressaltar que, um ano depois, ao assu-

mir o cargo de mais alto mandatário da nação, Lula nomeou Carvalho para o posto estratégico de chefe de gabinete do presidente. Lula levou-o de Santo André para Brasília.

Depois da missa de sétimo dia, Gilberto Carvalho esteve na casa de João Francisco Daniel e, emocionado, fez uma confissão que pediu para ser mantida em sigilo. Admitiu que, durante a administração Celso Daniel, entregou dinheiro repassado por empresas que mantinham contratos com a Prefeitura, diretamente para o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP). Declaração do médico João Francisco Daniel:

- Achei estranho Carvalho me contar isso, mas ele contou. Contou três vezes. Falou que, com muito medo, pegava seu Corsa preto e ia até São Paulo entregar o dinheiro para o então deputado José Dirceu.

Cerca de dez dias depois, Gilberto Carvalho voltou ao assunto com João Francisco Daniel, quando se queixou de Sérgio Gomes da Silva, o “Sombra”, o ex-segurança de Celso Daniel acusado de ser o mandante da morte:

- O Gilberto disse que o Sérgio era muito violento, que constrangia os empresários colocando revólver na mesa quando ia conversar com eles.

Na terceira conversa, Gilberto Carvalho admitiu ter levado, de uma só vez, R\$ 1,2 milhão a José Dirceu. Para João Francisco Daniel, Celso Daniel autorizara o esquema de corrupção, mas com a finalidade de dar dinheiro ao PT. E resolvera rompê-lo ao descobrir que parte substancial da propina acabava nas mãos de Sombra, Klinger Luiz de Oliveira e Ronan Maria Pinto.

- Quando ele ficou sabendo que esse grupo estava enriquecendo de maneira estratosférica, ele realmente tentou breicar aquele tipo de coisa.

Uma das funções de Celso Daniel, como coordenador da campanha de Lula, era arrecadar fundos para as despesas com a eleição. O “grupo” de Santo André, porém, teria decidido pôr as mãos no dinheiro. Por isso o prefeito teria sido torturado. Queriam informações sobre o paradeiro do caixa 2. Em seguida o eliminaram. João Francisco Daniel expôs o irmão ao Ministério Público:

- Não tive saída. Infelizmente, ele montou um caixa 2 em Santo André, para as campanhas do PT.

De fato, duas testemunhas revelaram ao Ministério Público as evidências de que Celso Daniel participava do esquema. Uma empregada doméstica que trabalhou para o então prefeito viu, oito meses antes do assassinato, três sacolas plásticas de supermercado, num canto da lavanderia do apartamento. As sacolas estavam abarrotadas de maços de dinheiro, preso por elásticos, em notas de R\$ 10, R\$ 50 e R\$ 100, tudo sob um lençol branco.

O outro depoimento é de um garçom do restaurante Baby Beef, de Santo André, frequentado por Celso Daniel, Sombra, Klinger Luiz de Oliveira e Ronan Maria Pinto. Os quatro tinham o costume de sentar em volta da mesma mesa. O garçom viu Ronan, empresário do setor de transportes e de coleta de lixo, tirar da bolsa um maço de dinheiro e entregá-lo a Klinger. Vereador e secretário de Celso Daniel, Klinger Luiz de Oliveira tratou de esconder a soma sob o guardanapo, para que ninguém visse o que era. Em outra ocasião, o mesmo garçom reparou uma mulher chegar ao restaurante para entregar uma sacola cheia de dinheiro a Ronan Maria Pinto.

Declaração do promotor Roberto Wider Filho:

- Esses depoimentos mostram que Celso Daniel tinha envolvimento com o esquema de corrupção. A presença de notas de R\$ 10 é um indicativo de que os recursos podem ter origem no esquema de caixinha de ônibus.

Para o Ministério Público, o esquema começou a implodir quando Celso Daniel descobriu que a propina não vinha irrigando os cofres do PT, como o prefeito desejava, mas morria nas mãos de Sombra, Klinger e Ronan.

Do promotor Roberto Wider Filho:

- Ele foi eliminado porque se opôs ao esquema ao verificar que o dinheiro estava sendo direcionado para os integrantes da quadrilha, e não mais para as campanhas eleitorais de seu partido.

Outro irmão do prefeito morto, Bruno Daniel, depôs à CPI dos Bingos:

- Há evidências de que existia na Prefeitura de Santo André um esquema de arrecadação para o PT. Suponho que Celso enveredou naquilo como um mal necessário para viabilizar as atividades do partido, e lamentavelmente deu no que deu. O que possivelmente aconteceu é que parcelas desses recursos começaram a ser destinadas para outras finalidades, razão pela qual Celso resolveu alterar a situação e esta pode ter sido a motivação do crime.

Bruno Daniel criticou o ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), designado pelo PT, com aval de Lula, para acompanhar o caso. Luiz Eduardo Greenhalgh defendia a tese de que o assassinato havia sido crime comum, sem vinculação com a política. O irmão Bruno Daniel não concordava:

- O povo de nossa cidade não aceita as explicações dadas até o momento, porque são superficiais e contraditórias para um crime que desde o início se revelou complexo. Falamos com outros membros do PT esperando trazer elementos para elucidar o caso. E o que posso afirmar é que poucas pessoas dentro do partido contribuíram para isso.

Sérgio Gomes da Silva, o “Sombra”, ocupou papel central no caso Celso Daniel. Era pessoa de inteira confiança do prefeito. Exerceu a função de motorista e segurança particular de Celso Daniel. Ocupou cargo em comissão no gabinete do prefeito. Quando Celso Daniel foi deputado, nomeou Sombra como seu assessor parlamentar. Sombra era muito próximo.

O ex-motorista enriqueceu. Na noite do sequestro, Celso Daniel jantara com Sombra no sofisticado restaurante Rubayat, na zona sul de São Paulo. Os dois foram para lá no luxuoso automóvel Pajero de propriedade de Sombra. O carro foi abordado de forma suspeita na volta a Santo André, tarde da noite.

Apesar da experiência como segurança particular e de estar no comando de um veículo blindado, Sombra alegou problemas mecânicos que o levaram a diminuir a velocidade e a parar. Não ficou claro tampouco por que a trava da porta ao lado de Celso Daniel abriu, expondo o prefeito aos criminosos.

Os promotores suspeitam de que Sombra conhecia um dos acusados de atacar o prefeito. Falou-se até de um suposto pagamento de US\$ 40 mil. Teria sido feito ali mesmo, na cena do crime, aos homens supostamente contratados para fazer o sequestro.

Um morador testemunha da ação dos criminosos, que agiram na região dos “três tom-

bos”, na zona sul de São Paulo, relatou que arrancaram Celso Daniel “como um animal” da Pajero. Enquanto isso, Sombra teria mantido atitude passiva e demonstrado “aparente cumplicidade”.

Uma mulher passava pelo local na hora do sequestro. Celso Daniel ainda estava dentro do veículo, com a cabeça encostada no vidro. Ela viu Sombra fora da Pajero, com ar de tranquilidade, falando ao telefone.

Se já não houvesse a intenção de matar o prefeito, é possível que Celso Daniel tenha percebido, durante a ação dos criminosos, o envolvimento do “amigo” com os sequestradores. A solução seria eliminá-lo.

Antes de ser morto o prefeito foi barbaramente torturado. Num crime comum de sequestro, a vítima geralmente é poupada. A sua boa integridade física é condição para o pagamento do resgate. Celso Daniel foi torturado para que fornecesse informações aos criminosos. Declaração do perito criminal Carlos Delmonte Printes, que examinou o corpo de Celso Daniel:

- É absolutamente excepcional a ocorrência de morte em casos de sequestro-relâmpago. Com relação ao sequestro convencional, nunca examinei um caso em que houvesse ritual de tortura, crueldade e desproporcionalidade que verifiquei no exame do corpo do prefeito.

Como evidências da tortura, o perito criminal apontou a expressão de terror na face, queimaduras nas costas e lesões no corpo, provocadas por estilhaços de balas disparadas perto da vítima, com a finalidade de amedrontá-la. Para matá-lo, alvejaram-no oito vezes, diretamente no rosto, tórax, pernas e mãos.

O médico legista Paulo Vasques também viu o corpo de Celso Daniel. Confirmou a prática de tortura antes do assassinato. Referiu-se a marcas de coronhadas na cabeça e à rigidez muscular decorrente da tensão nervosa. Informou que o prefeito vestia outra calça quando o corpo foi encontrado, pois o traje não apresentava as marcas de tiro existentes no corpo dele.

Sérgio Sombra chegou a ficar oito meses na prisão, acusado de ser o mandante do crime. O STF (Supremo Tribunal Federal), por decisão do ministro Nelson Jobim, determinou a sua libertação. O mesmo Nelson Jobim impediu investigações sobre o envolvimento de José Dirceu com a corrupção em Santo André. Em seu segundo mandato como presidente da República, Lula nomeou Nelson Jobim (PMDB-RS) ministro da Defesa.

Na hora de dar explicações à CPI dos Bingos, Sérgio Sombra irritou os senadores. Insistia não saber por que a porta do carro blindado se abriu:

- A porta abriu de repente, do lado do Celso, não sei como.

Ao ser questionado sobre quatro depósitos bancários descobertos em sua conta, num total de R\$ 40 mil, todos feitos por Luiz Alberto Gabrilli, proprietário da Expresso Guarará, Sombra saiu-se assim:

- Acho que ele se enganou, pode ter feito pagamento cruzado, por engano.

De acordo com o Ministério Público, empresários que mantinham contratos com a administração de Santo André eram forçados a entregar dinheiro vivo ao esquema, todos os meses. Durante uma época, por algum desarranjo na organização criminosa, a propina foi

depositada diretamente na conta bancária de Sérgio Sombra. Ficou o rastro. Ainda na CPI, Sombra tentou explicar uma transferência bancária de Luiz Alberto Gabrilli, feita em 1997:

- Tinha vários depósitos para receber por serviços de segurança que prestei. Esse dinheiro, só fiquei sabendo agora que havia sido depositado por ele na minha conta. Não sei como foi parar na minha conta.

A Polícia Civil de São Paulo não responsabilizou nenhum dos atores políticos suspeitos de envolvimento no assassinato de Celso Daniel. O caso intrigou também pelas mortes violentas de seis pessoas que testemunharam ou estiveram, por algum momento, nas cenas do crime.

Entre os mortos, o garçom Antonio Palácio de Oliveira, que serviu Celso Daniel e Sérgio Sombra no restaurante Rubayat, pouco antes do sequestro. Ele chegou a receber um depósito bancário misterioso, no valor de R\$ 60 mil, antes de morrer. Mas dois homens o perseguiram em sua motocicleta. Durante a fuga perdeu o controle, bateu num poste e perdeu a vida.

O homem que presenciou a morte do garçom e contou à polícia o que viu, também foi morto. Paulo Henrique Brito levou um tiro nas costas.

Investigações chegaram a apontar ligações de amizade entre Sombra e Dionísio de Aquino Severo, que teria namorado a ex-mulher de Sombra. Dionísio Severo, acusado de envolvimento no sequestro, foi resgatado de helicóptero de um presídio, de forma espetacular, dois dias antes do sequestro. Depois do crime, recapturado, o mataram numa cadeia em Guarulhos (SP).

Intrigante também a morte do investigador de polícia Otávio Mercier, que conversou com Dionísio Severo um dia antes da fuga do presídio. Foi alvejado por homens que tentavam entrar em sua casa.

Manoel Sérgio Estevam, o “Sérgio Orelha”, abrigou Dionísio Severo em seu apartamento, logo após a morte do prefeito. Foi assassinado com vários tiros.

Por fim, morreu o homem que chamou a polícia ao achar o corpo de Celso Daniel, jogado em uma estrada de terra em Juquitiba (SP). Assassinararam Iran Moraes Redua com dois tiros.

Quatro anos depois da morte de Celso Daniel, a família do economista Bruno Daniel, irmão do prefeito assassinado, foi obrigada a deixar o País. Partiu às escondidas para Paris, onde o governo da França a recebeu como perseguida política no Brasil. Bruno Daniel, a mulher e os três filhos do casal, moradores de Santo André, não suportaram as ameaças de morte que se seguiram ao depoimento de Bruno, no qual ele acusou José Dirceu e Gilberto Carvalho de envolvimento no esquema montado por Celso Daniel.

Em abril de 2006, o Ministério Público abriu inquérito para investigar o ex-ministro e ex-deputado José Dirceu, acusado de se beneficiar do dinheiro desviado em Santo André. Gilberto Carvalho também foi objeto de investigação. Apesar disso, Lula o manteve na posição estratégica de chefe de gabinete do presidente da República.

José Dirceu e Gilberto Carvalho foram citados por crimes de formação de quadrilha, receptação e lavagem de dinheiro. O Ministério Público também anunciou investigação sobre a origem de R\$ 500 mil supostamente repassados pelo PT ao advogado Aristides Junqueira, que foi contratado para defender o PT no caso Celso Daniel.

O Ministério Público acabou denunciando Sérgio Gomes da Silva, o “Sombra”, Klinger Luiz de Oliveira, Ronan Maria Pinto e Maurício Mindrisz, que ocupou o cargo de superintendente da Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental) em Santo André. Todos foram acusados por crimes de formação de quadrilha, fraude e dispensa ilegal de licitação.

Conforme a denúncia, os quatro, em parceria, atuavam com o prefeito Celso Daniel para desviar recursos públicos. Formavam “quadrilha organizada estável”, com o objetivo de “cumprir como meta estabelecida um mega-esquema de corrupção”.

Para os promotores, Sombra, mesmo sem ocupar cargo na Prefeitura, exercia grande influência na administração municipal. O esquema favorecia Ronan Maria Pinto, dono de empresas de transporte e de coleta de lixo, que mantinham contratos com o governo municipal.

Uma dessas empresas, a Rotedali, foi contratada 12 vezes para executar serviços de limpeza, varrição e manutenção de aterro sanitário, em transações que envolveram cerca de R\$ 50 milhões. Parte do dinheiro teria alimentado o caixa 2 do PT. Dos 12 contratos, dez foram celebrados sem licitação. A Justiça e o Tribunal de Contas do Estado contestaram cinco deles. Sombra foi sócio de Ronan em negócios com empresas de ônibus em Fortaleza e Cuiabá.

Trecho da denúncia dos promotores Roberto Wider Filho, Amaro José Thomé Filho e Adriana Ribeiro Soares de Moraes:

“Sérgio, aproveitando-se de seu prestígio junto à administração, idealizou com Daniel a formação da sociedade delinquente e era um dos destinatários dos recursos ilícitos. Foi tesoureiro da campanha eleitoral de 1996. Arrecadou diretamente parte do dinheiro, que foi depositado na sua conta corrente.”

No início do segundo mandato de Lula, em 2007, o Ministério Público pediu o bloqueio de bens do PT e de Gilberto Carvalho, no montante de R\$ 5,3 milhões. O valor correspondia à estimativa de dinheiro desviado pelo esquema de corrupção na área de transporte público em Santo André. A ação civil pública também denunciou Sérgio Gomes da Silva, Klinger Luiz de Oliveira, Ronan Maria Pinto e vários empresários. Da denúncia:

“Formaram uma quadrilha determinada a arrecadar recursos através de achaques a empresários, bem como através de desvio de dinheiro dos cofres públicos municipais, conforme outras denúncias já ajuizadas, relativas a contratos de obras públicas e de coleta e destinação final de lixo, ambas recebidas judicialmente”. Outro trecho da denúncia:

“Todos os recursos auferidos pela quadrilha, na concepção do finado prefeito Celso Daniel, deveriam financiar campanhas eleitorais do PT, tanto em âmbito municipal e regional quanto em âmbito nacional. O dinheiro amealhado era, em parte, separado e entregue a Gilberto Carvalho, que o transportava, em seu veículo particular, ao escritório de José Dirceu, que recebia os recursos ilícitos em espécie, na qualidade de presidente do PT, para o financiamento de campanhas do interesse daquela agremiação.”

Em 9 de fevereiro de 2006, prestou depoimento ao Ministério Público o ex-secretário de Habitação de Mauá (SP), Altivo Ovando Júnior. Mauá, na Grande São Paulo, é vizinha de Santo André. A cidade foi governada pelo prefeito Oswaldo Dias (PT) de 1997 a 2000, período em que Altivo Ovando Júnior exerceu o cargo de secretário. Ele narrou fatos ocorridos durante a campanha de Lula a presidente da República, em 1998. Do depoimento:

“O declarante se recorda de que, no pleito de 1998, Lula compareceu no gabinete do prefeito de Mauá, oportunidade em que, utilizando termos chulos, cobrou de Oswaldo Dias maior arrecadação de propina em favor do PT.”

A frase de Altino Ovando Júnior sobre o pedido de Lula:

“Ele dizia: ‘Pô, Oswaldão, tem que arrecadar mais. Faz que nem o Celso Daniel em Santo André. Você quer que a gente ganhe a eleição como?’”